



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

ISSN 2175-9596



## CENTRO DE OPERAÇÕES RIO: OLHARES QUE FORMAM E PERFORMAM A CIDADE

*Centro de Operaciones Rio: Miradas que forman y preforman la ciudad*

*Rio Operations Center: sights that form and perform the city*

**Laura Talho Ribeiro<sup>a</sup>**

<sup>(a)</sup> Mestre em Ciências Sociais e Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – UFF. Integrante do grupo de pesquisa “Cidades Inteligentes” no Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS). E-mail: lauratalho@gmail.com.

### Resumo

Tomando a cidade como plano de referência, o COR, enquanto instrumento da Prefeitura, busca ser um agente facilitador de mudanças no espaço urbano, reunindo 30 órgãos da administração pública que fazem o monitoramento da cidade através de mais de 400 profissionais. A partir da interconexão entre seus atores heterogêneos, propõe assegurar o pleno desenvolvimento da cidade e oferecer cuidado frente aos riscos vividos cotidianamente e excepcionalmente, por acompanhar, 24 horas por dia, seus acontecimentos. Instrumento criado nos moldes das “cidades inteligentes”, e como uma forma de atender ao projeto da “cidade olímpica”, suas características o permitem ser visto como uma tecnologia de governo inovadora. Pensado como o quartel-general da Prefeitura do Rio de Janeiro, o trabalho busca analisar de que forma este Centro tem sido integrado à capital carioca e de quais maneiras a cidade é vista e repensada por este instrumento de gestão urbana, tendo como metodologia de pesquisa o trabalho de campo realizado entre 2015 a 2017, com entrevistas realizadas a alguns de seus agentes, bem como a análise da bibliografia sobre o tema, de relatórios produzidos pelo Poder Público e parceiros institucionais, e de notícias veiculadas na mídia sobre este dispositivo e a gestão municipal que o implementou.

**Palavras-chave:** Centro de Operações Rio; Rio de Janeiro; Cidade; Ordenamento urbano; Tecnologias.

### Resumen

*Tomando la ciudad como plan de referencia, el COR, como instrumento del Ayuntamiento de Río*

*de Janeiro, busca ser un agente facilitador de cambios en el espacio urbano, reuniendo 30 órganos de la administración pública que hacen el monitoreo de la ciudad a través de más de 400 profesionales. A partir de la interconexión entre sus actores heterogéneos, propone asegurar el pleno desarrollo de la ciudad y ofrecer cuidado frente a los riesgos vividos cotidiana y excepcionalmente, por acompañar, las 24 horas del día, sus acontecimientos. Instrumento creado en las moldes de las ciudades inteligentes, y como una forma de atender al proyecto de la "ciudad olímpica", sus características lo permiten ser visto como una tecnología de gobierno innovadora. Pensado como el cuartel general del Ayuntamiento de Río de Janeiro, el trabajo busca analizar de qué forma este Centro ha sido integrado a la capital carioca y de qué maneras la ciudad es vista y repensada por este instrumento de gestión urbana, teniendo como metodología de investigación el trabajo de campo realizado entre 2015 a 2017, con entrevistas realizadas a algunos de sus agentes, así como el análisis de la bibliografía sobre el tema, de informes producidos por el Poder Público y socios institucionales, y de noticias transmitidas en los medios sobre este dispositivo y la comunicación gestión municipal que lo implementó.*

**Palabras clave:** Centro de Operaciones Río; Rio de Janeiro; Ciudad; Ordenación urbana; Tecnologías.

### **Abstract**

*Taking the city as a reference plan, COR, an instrument of Rio de Janeiro's City Hall, seeks to be a facilitator of changes in urban space, bringing together 30 public administration bodies that together monitor the city through more than 400 professionals. From the interconnection between its heterogeneous actors, it proposes to ensure the full development of the city and take care of the risks lived daily and exceptionally, for monitoring, 24 hours a day, its happenings. As an instrument created in the shape of "smart cities", and as a way of attending to the "Olympic city" project, its characteristics allow it to be seen as an innovative government technology. Created as the central hub of the City Hall of Rio de Janeiro, the paper seeks to analyze how this Center has been integrated into the capital of Rio de Janeiro and in what ways the city is seen and rethought by this urban management tool, using as research methodology the field work carried out between 2015 and 2017, with interviews with some of its agents, as well as the analysis of the bibliography on the subject, reports produced by the Public Authorities and institutional partners, and news reports in the media about this device and the municipal administration that implemented it.*

**Keywords:** Rio Operations Center; Rio de Janeiro; City; Urban planning; Technologies.

## **INTRODUÇÃO**

Chuvas, alagamentos, deslizamentos de terra, mortes. Um cenário ao qual o brasileiro que vive principalmente na Região Sudeste já está acostumado, tão logo chegue as estações mais quentes do ano. Suas consequências também já foram apreendidas pela população, e as notícias logo dão conta da destruição de vidas, famílias, ruas e comunidades. De dezembro de 2009 a abril de 2010 os relatos não foram diferentes em diversas cidades do estado do Rio de Janeiro: mais de 280 mortes registradas, a pior tragédia climática do país.

Com isso, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro e seus secretários, na busca por soluções para prevenir e evitar que novos desastres viessem a ocorrer nos anos posteriores, criaram então o Centro Integrado de Controle Operacional - GP/CICO, em dezembro de 2010<sup>1</sup>, que posteriormente viria a ser conhecido como Centro de Operações Rio - COR<sup>2</sup>.

Dessa forma, a chuva e a catástrofe de 2010 vêm a ser enunciadas então como o “mito de origem”, a explicação dada para a criação do Centro, como seu momento fundador, no qual o medo de uma nova ocorrência de enchentes e alagamentos, tivesse gerado a necessidade de que o Prefeito partisse em busca de ferramentas para a prevenção destes riscos, e de investimentos junto às grandes empresas de tecnologia, para a criação do Centro e seus inúmeros aparatos informacionais, sob o discurso de que as chuvas sempre irão ameaçar a cidade. Como apontado por Pedro Junqueira, chefe executivo do COR entre 2013 e o início de 2017:

Em 2010, depois da chuva muito forte, em abril de 2010 [...] vocês devem se lembrar onde estavam, quem estava no Rio de Janeiro, naquele 5 de abril de 2010, 5 para 6. O prefeito, no dia seguinte, dessa grande tempestade de 300 milímetros, mais ou menos, ele teve que ir, ele não foi às rádios, ele me contou que ele, do carro, ligava para as rádios do celular e pedia para as pessoas não saírem de casa, que ele estava se direcionando, se não me engano, para o prédio do Detran, onde a CET-Rio tinha lá no 18º andar um centrinho com algumas câmeras. Era o embrião do nosso trabalho. E ali ele viu que não dava para ver uma cidade como o Rio **com esse tipo de risco meteorológico** especificamente, acontecendo todo ano, algumas vezes por ano, onde teve chuva muito forte na cidade, e não tendo equipamento decente onde ele pudesse sediar a imprensa, ter todos os órgãos no mesmo lugar, ter uma equipe olhando pra aquilo, então o Centro de Operações nasceu no mesmo ano, já rompendo burocracias, quatro meses de planejamento, quatro meses de obra, ele nasce como um integrador<sup>3</sup> (grifos da autora).

Além de ter sido criado para resolver as questões diárias e emergenciais da cidade, o COR também foi proposto para que o Rio de Janeiro fizesse parte das chamadas “cidades inteligentes”. Ocorre que o investimento nessas tecnologias securitárias é extremamente alto, e assim, com a escolha do Rio como cidade-sede de dois megaeventos em um curto período, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, a oportunidade surgiu, e a prefeitura pode contar com algumas empresas no desenvolvimento do

---

<sup>1</sup> Criado sob o Decreto nº 33.322/2010.

<sup>2</sup> Alteração de denominação promulgada em 29.07.2013, sob o Decreto nº 37.456.

<sup>3</sup> Fala de Pedro Junqueira, durante o lançamento do Relatório: Estratégia de Resiliência e Legado Operacional Olímpico, na PUC-Rio, em 13/12/2016, gravado e transcrito por mim.

projeto<sup>4</sup>, aproveitando o momento de visibilidade e de projeção da cidade para promoverem suas marcas durante tais eventos, a exemplo da IBM, que fez do Rio de Janeiro uma vitrine para seus produtos e sua tecnologia, uma demonstração de seu projeto de “cidades inteligentes” que ela buscava ver cada vez mais expandido, principalmente para as cidades latino-americanas.

Logo, foi um instrumento criado para atender inclusive, uma das normas exigidas pelo Comitê Olímpico Internacional (Magalhães, 2010), já que a cidade viveria uma situação de anormalidade de suas funções ao receber os megaeventos, como apontou um de meus entrevistados: “E também é um equipamento de entrega das Olimpíadas, certo? A cidade precisaria ter um centro de operações que integrasse todas as agências para que houvesse as Olimpíadas também”.

Assim, o risco meteorológico, com seus possíveis deslizamentos e enchentes, é apontado como uma das causas principais de criação deste dispositivo, mas outro tipo de ameaça também é sempre lembrado para justificar a instalação deste dispositivo: todos as problemáticas inerentes à escolha da cidade como sede de megaeventos, desde os problemas de segurança, como as dificuldades de controle do tráfego urbano, e de gestão dos fluxos de pessoas e informações.

Interessante notar que há, muitas vezes, exercida pelas autoridades públicas e também pela mídia, uma tentativa de corroborar na população a ideia de que exista um perigo a nos rodear, a necessidade de se reforçar as ameaças a que estamos expostos, ainda que sejam improváveis de acontecer, ou mesmo que sejam irreais.

Em uma pesquisa realizada por Nelson Botello (2010), o professor relata que, em visita ao centro de monitoramento mexicano da cidade de Huixquilucan, um de seus funcionários, ao apresentar-lhe a sala do sistema de vigilância, disse: “*este é o lugar onde nos reunimos quando o Godzilla ataca*” (p. 32). Essa comparação da ameaça com a imagem de um ser mutante, do perigo que nos ronda, possibilita que nosso imaginário justifique a inserção de sistemas de monitoramento em nossas cidades, pois a ameaça a que estamos expostos “deve ser” potencialmente forte e destruidora.

No presente trabalho proponho pensar então, que o COR, enquanto uma tecnologia de governo,

---

<sup>4</sup> Segundo informações que obtive por um assessor jurídico da Prefeitura, nenhum gasto com dinheiro público foi realizado para a construção do COR, e as empresas foram contratadas sem licitação, com a justificativa apenas de possuírem o “*know-how*” na consecução do trabalho, e que receberam como contrapartida a visibilidade para seus negócios e empreendimentos tecnológicos. Infelizmente não consegui obter mais dados a esse respeito.

desenvolve a análise das dinâmicas urbanas a partir da ideia de risco, da sociedade que se organiza a partir da necessidade de prever e se antecipar às inúmeras ameaças que podem vir a ocorrer tanto em seu cotidiano, como de forma excepcional, ordenando a forma com que a Administração Pública gestiona a cidade e regula a vida social.

## COMO O COR PENSA E ANALISA OS RISCOS?

Pedro Junqueira, em uma das palestras que frequentei sobre o trabalho realizado no Centro de Operações, descreveu que as próprias ações do Centro se baseiam em três tipos classificatórios de riscos, e é essa divisão que permite, inclusive, determinar em que medida as ações de seus órgãos serão estabelecidas, se em caráter preventivo, de monitoramento ou da necessidade de mobilização imediata para a contenção do problema:

A gente tinha uma dificuldade porque, na engenharia você tem conta, faz muita matemática, que bom que se faz conta, só que a natureza ela não respeita um limite, uma fronteira, um cálculo matemático, a gente não consegue dizer que o limite de chuva forte são os trezentos milímetros que a cidade viveu em abril de 2010, um dia pode ter quatrocentos no mesmo evento, então a nossa, o nosso desafio foi tentar categorizar os riscos não pensando muito na matemática, naquelas questões de curva, quando você fala no ambiente fechado de uma usina, de um navio, é mais fácil; numa cidade é impossível se dar a matemática desse ponto. Então são cinco momentos para três níveis de risco. Os riscos recorrentes são os que a gente conhece, basicamente. São recorrentes, eles existem no Rio de Janeiro. Nesses ambientes é onde a prefeitura mais tem obrigações, no caso falando de Prefeitura, porque nós conhecemos e eles acontecem toda hora. É a chuva forte do Rio de Janeiro. Então o prefeito comprou radar, fez o Centro de Operações, implantou o sistema de Defesa Civil... isso tá aqui nas ações de “prevenção”, por exemplo. Prevenção ele fez contenção de encosta, a gente fez uma série de políticas que pudessem fazer com que as pessoas não entrassem no risco.

Depois que você previne você tem que monitorar. Então o radar é monitoramento. As câmeras da cidade são monitoramento. Ter os agentes públicos olhando pro céu, porque isso ainda existe, vai sempre existir, isso é monitoramento. Estudar tendências, então é o segundo momento dos riscos. A mobilização vem logo depois de um problema. Então a gente preveniu, de alguma forma estávamos monitorando, veio o choque, veio a chuva, veio o problema. A gente então tem que ter capacidade de mobilização, de agir, aí o Centro de Operações é o único indutor desse tipo de coisa. Vamos plugar, vamos atuar, quem tá faltando? Como é que são os protocolos? Aí a gente precisa comunicar, ao agir, manter comunicação, com a população, com os órgãos públicos, e o aprender. O aprender é o que a gente fez com o estudo da PUC<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Estudo realizado em parceria entre o Centro de Operações e a PUC-Rio que resultou no lançamento do Relatório: Estratégia de Resiliência e Legado Operacional Olímpico.

A PUC vai nos ajudar a aprender sobre esse tipo de operação de grandes eventos, já nos ajudou, mas agora tendo o lançamento formal, tendo pessoas, tendo acesso às perguntas, vai gerar um certo interesse no público em geral, isso vai nos fazer melhorar também, pela própria pressão externa.

E eu só falei de um tipo de risco, que é o recorrente, e existem outros dois nesse nosso estudo, que são os plausíveis. Os riscos plausíveis eles podem acontecer, a gente sabe que eles existem e eles já aconteceram no país vizinho, ou em uma cidade vizinha, mas eles não são recorrentes. Para os riscos plausíveis é muito difícil você ter ação de prevenção, mas você consegue monitorar, porque você sabe do que se trata. Você consegue ter ação de monitoramento, mas você não vai investir naquilo, na prevenção, porque nunca aconteceu, mas é plausível. Então você começa a investir, você pula a prevenção e começa no monitoramento. Você continua se mobilizando, se comunicando e aprendendo.

O terceiro tipo de risco é o especulativo, esse é quase cinematográfico. São a soma de duas grandes tragédias acontecendo ao mesmo tempo, isso você não consegue nem monitorar, mas você continua podendo mobilizar, comunicar e aprender. Bem, essa é a maneira como nós dividimos os aspectos dos riscos e dos momentos de investimento ou de atenção dos órgãos públicos.

A forma com que os riscos são analisados influi na dinâmica do Centro de Operações, ou melhor, na Administração Pública como um todo, influenciando na maneira de captar investimentos e dividir os recursos entre as ações que precisam ter maior ou menor atenção, pela simples projeção de que a vida urbana está cercada de constantes ameaças, e a elas devemos sempre nos antecipar.

Como explicitado no trecho em destaque, há uma certa incalculabilidade matemática de suas consequências (Beck, 2008), já que estes riscos são hipotéticos, ou seja, não se concretizaram, e ainda que a sociedade viva sob o impacto do alto desenvolvimento tecnológico e da ciência, este cenário contribui também para a geração novos riscos sociais e de seu não total entendimento (Giddens, 1998):

A ironia está na reivindicação institucionalizada da segurança, para se ter que controlar algo mesmo se não se sabe se ele existe! Mas, por que deve a ciência ou uma disciplina se preocupar com algo que nem ao menos conhece? Há certamente uma resposta sociológica conclusiva para isso: porque face à produção de incertezas manufaturadas insuperáveis, a sociedade, mais do que nunca, confia e insiste na segurança e no controle (Beck, 2008, p. 3).

Assim, à medida que se gestiona o risco, os entes públicos não buscam mais “resolver” os problemas, mas apenas administrá-los, “*avaliando tudo em termos de uma ‘racionalidade de probabilidades’*”

(Ewald, 1991<sup>6</sup> citado por Haesbaert, 2014, p. 157), em uma crença no controle racionalizado da informação.

Podemos citar como exemplo dessa administração do risco na sociedade atual a utilização de dispositivos individuais por voluntários para medir os níveis de radiação em Fukushima, no Japão, e a partir da coleta das informações, estas são enviadas à um banco de dados que cruza as informações coletivas, informando a iminência de uma contaminação<sup>7</sup>. A criação destes aparatos não tem o objetivo de evitar uma nova contaminação nuclear, mas sim o de facilitar a dispersão da população com a aproximação da catástrofe. Interessante notar mais uma vez, que até mesmo as inovações tecnológicas que são implementadas como forma de “cuidado” da população, aparatos cada vez mais usuais na vida cotidiana, são criados sem a preocupação em se combater as origens do problema que se apresenta à sociedade, apenas de monitorá-lo e criar soluções para a desativação do conflito.

Como um instrumento dessa técnica de gestão urbana, o COR também se utiliza de aparelhos que obedecem à mesma lógica: avisar sobre potenciais riscos iminentes na cidade.

In this certain world new modes of governance incorporate crisis as ubiquitous and disaster as inevitable, with the city seen as a primary site of experimentation and intervention (Hodson & Marvin, 2009<sup>8</sup>; Wakefield & Braun, 2014<sup>9</sup>). We argue that the COR illustrates such emerging modes of governance, where governing occurs not only through the material (infrastructural) capacities of the city but also through the constitution of novel ways of seeing and expanding such capacities (Luque-Ayala & Marvin, 2016, pp. 7-8).

Seguindo este raciocínio, as tecnologias desenvolvidas muitas vezes não se preocupam com exterminar os problemas mais diversos que vivenciamos nas sociedades, ainda mais a carioca, mas apenas em criar estratégias para que estes problemas afetem o menor número de pessoas possível. Os agentes municipais não assumem a função, por exemplo, de criar moradias para a população de áreas

<sup>6</sup> Ewald, F. (1991). Insurance and Risk. In G. Burchell, C. Gordon, & P. Miller (Org.). *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Londres: Haverster/Wheatsheaf.

<sup>7</sup> “[...] after the Fukushima Daiichi accident on 11/3/2011, local citizens started using sensors, developed by a project called Safecast, to personally detect the radiation levels and shared the data to a website which gathered all these data coming from citizens. Now this has become an international community for radiation monitoring all over the world. Citizens contribute to the data source and benefit not only themselves but also the larger public and policy makers with an independent source of environmental data”. Recuperado em 21 de julho de 2017 de <https://www.hindawi.com/journals/js/2016/5656245/>.

<sup>8</sup> Hodson, M., & Marvin, S. (2009). ‘Urban ecological security’: A new urban paradigm? *International Journal of Urban and Regional Research*, 33(1), 193–216.

<sup>9</sup> Wakefield, S., & Braun, B. (2014). Governing the resilient city. *Environment and Planning D*, 32(1), 4–11.

propícias aos deslizamentos, que resolveria a questão por completo das destruições de vidas e lares, mas desenvolvem todo um aparato sofisticado na busca de dirimir perdas, como a instalação de sensores ultramodernos para medir a quantidade de chuvas; a realização de estudos geotécnicos nas encostas e colocação de sirenes para indicar a necessidade de evacuação do local. Estas soluções têm possibilitado um número decrescente de mortes nessas tragédias, mas com o fim da ocorrência, os problemas apresentados à cidade e à estas pessoas não se findam – talvez porque a lógica que envolve o risco não permita que este termine, estando sempre em produção.

O geógrafo Rogério Haesbaert cita uma importante contribuição de Agamben (2008)<sup>10</sup> a respeito das referências que foram criadas em torno do conceito de “segurança”: *“seguridad no significa impedir el desorden. El paradigma de la seguridad se inventó precisamente para lo contrario: para gestionar el desorden”* (p. 18 citado em Haesbert, 2014, p. 208), a qual nos indica que estes dispositivos governamentais como o COR, que buscam coordenar os espaços urbanos e as esferas públicas, são grandes gerenciadores da desordem, sem se proporem a impedi-la. As ocorrências buscam ser, portanto, controladas, e a população deve a elas se adaptar, já que muitas vezes estão fora da capacidade humana serem, completamente, dominadas:

Então como é que a cidade vai tendo cada vez mais condições de viver esses desafios, essas circunstâncias que vão acontecer, é da vida, eu não posso desligar a chuva, não tem recurso que faça isso. Tem até um cara que acho que faz chover, ele passa na nuvem e joga lá um negócio, eu já vi isso no Globo Rural. Mas no caso contrário eu não conheço. Então a gente tem que conviver com a chuva forte e estarmos adaptados<sup>11</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O risco social, como apontado, demarca nossa sociedade e nos faz criar mecanismos e práticas para lidarmos com suas performances, sejam elas vivenciadas de forma rotineira no cotidiano, ou mesmo em momentos críticos e excepcionais, e o COR veio a ser construído para ser o instrumento auxiliador na administração dessas perturbações através de inovadoras tecnologias de gestão e de ação à distância.

<sup>10</sup> Agamben, G. (2008). *O que resta de Auschwitz: o Arquivo e o Testemunho* (S. Assmann, Trad.). São Paulo: Boitempo.

<sup>11</sup> Fala de Pedro Junqueira, durante o lançamento do Relatório: Estratégia de Resiliência e Legado Operacional Olímpico.

A cidade passa, então, a ser pensada através de um componente-chave: o risco, que passa a mediar a forma adotada pela Administração Pública no gerenciamento urbano do Rio de Janeiro. Diante disso, o presente trabalho buscou analisar não apenas o discurso empreendido para a implementação desta tecnologia na cidade, mas também as dinâmicas que fazem possível seu trabalho acontecer e as conformações que são produzidas a partir do gerenciamento pensado a esta maneira.

## REFERÊNCIAS

Beck, U. (2008). "Momento cosmopolita" da sociedade de risco. *Revista ComCiência Campinas*, 104. Recuperado em 30 de outubro de 2017 de <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n104/a09n104.pdf>.

Botello, N. A. (2010). Orquestração da vigilância eletrônica: uma experiência em CFTV no México. In F. Bruno, M. Kanashiro, & R. Firmino (Org.). *Vigilância e Visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Editora Sulina.

Giddens, A. (1998). Risk Society: The Context of British Politics. In J. Franklin (Ed.). *The Politics of the Risk Society*. Cambridge: Polity Press.

Haesbaert, R. (2014). *Viver no Limite – Território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Luque-Ayala, A., & Marvin, S. (2016). The maintenance of urban circulation: an operational logic of infrastructural control. *Environment and planning D: Society and Space*, 34(2), 191-208. Recuperado em 30 de outubro de 2017 de <http://dx.doi.org/10.1177/0263775815611422>.

Magalhães, L. E. (2010, dezembro 25). Prefeitura inaugura no réveillon Centro de Operações que controlará dados de 30 órgãos públicos. *O Globo* [versão eletrônica]. Recuperado em 05 de fevereiro de 2017 de <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-inaugura-no-reveillon-centro-de-operacoes-que-controlara-dados-de-30-orgaos-publicos-2905112>.